

## CONVOCAÇÃO Nº 003/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de onze de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, e, tendo em vista o Ato Normativo nº 37, de 29 de setembro de 2020, da Procuradora-Geral de Justiça, que dispõe sobre o Plano de Retorno às Atividades Presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 02 de março de 2021, terça-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

### 1. PROCEDIMENTOS MINISTERIAIS

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ZUVAL GONÇALVES FERREIRA:

- 1.1. Inquérito Civil nº 003.9.91349/2017, do Grupo de Atuação de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.2. Procedimento Ministerial nº 003.0.132481/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.3. Inquérito Civil nº 003.9.1563/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.4. Procedimento Ministerial nº 003.9.24532/2020, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.5. Procedimento Ministerial nº 003.9.25777/2021, do Grupo de Atuação Especial para Controle da Atividade Policial – GACEP;
- 1.6. Procedimento Ministerial nº 705.9.200054/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.7. Inquérito Civil nº 699.0.132538/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.8. Inquérito Civil nº 699.9.97686/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.9. Inquérito Civil nº 596.9.3877/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.10. Inquérito Civil nº 674.9.96704/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.11. Inquérito Civil nº 003.0.76740/2011, da Promotoria de Justiça de Uauá.

RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA RITA MARIA SILVA RODRIGUES:

- 1.12. Inquérito Civil nº 003.9.155644/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.13. Inquérito Civil nº 699.9.212385/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.14. Inquérito Civil nº 003.0.112334/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 1.15. Inquérito Civil nº 003.0.57105/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.16. Inquérito Civil nº 003.9.185695/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

- 1.17. Inquérito Civil nº 646.9.212900/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.18. Inquérito Civil nº 003.0.154319/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.19. Inquérito Civil nº 112.0.91129/2011, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 1.20. Inquérito Civil nº 597.9.119382/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.21. Procedimento Ministerial nº 003.9.254584/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.22. Inquérito Civil nº 003.0.207387/2013, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.23. Inquérito Civil nº 003.0.209685/2012, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.24. Inquérito Civil nº 003.0.234269/2013, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.25. Inquérito Civil nº 003.9.131651/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.26. Inquérito Civil nº 003.9.65643/2019, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.27. Procedimento Ministerial nº 003.9.204837/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.28. Inquérito Civil nº 003.9.129410/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.29. Procedimento Ministerial nº 597.9.214787/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.30. Inquérito Civil nº 677.0.224062/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.31. Inquérito Civil nº 069.0.74891/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.32. Inquérito Civil nº 003.9.170971/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.33. Inquérito Civil nº 003.0.204274/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.34. Procedimento Ministerial nº 001.0.181958/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.35. Procedimento Ministerial nº 347.9.114485/2020, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 1.36. Inquérito Civil nº 003.0.112502/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 1.37. Inquérito Civil nº 003.0.56251/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.38. Inquérito Civil nº 699.9.62010/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba.

RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 1.39. Inquérito Civil nº 593.9.28978/2017, apenso nº 593.9.29491/2017, 593.9.64786/2017, 593.9.29520/2017 e 593.9.64859/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.40. Inquérito Civil nº 035.0.84045/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;
- 1.41. Inquérito Civil nº 085.9.11619/2020, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 1.42. Procedimento Ministerial nº 003.9.69567/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.43. Procedimento Ministerial nº 003.9.81773/2020, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.44. Inquérito Civil nº 681.0.112224/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.45. Inquérito Civil nº 003.0.154623/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 1.46. Inquérito Civil nº 003.0.7436/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 1.47. Inquérito Civil nº 003.9.121776/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

- 1.48. Inquérito Civil nº 308.0.163498/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 1.49. Inquérito Civil nº 677.9.23021/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.50. Inquérito Civil nº 003.0.78287/2011, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 1.51. Inquérito Civil nº 003.1.47900/2005, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 1.52. Inquérito Civil nº 003.9.146438/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 1.53. Inquérito Civil nº 647.0.44762/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.54. Inquérito Civil nº 291.0.177147/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 1.55. Inquérito Civil nº 003.9.215723/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde;
- 1.56. Procedimento Ministerial nº 003.9.71049/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.57. Inquérito Civil nº 294.9.98909/2017, da Promotoria de Justiça de Sapeaçu;
- 1.58. Inquérito Civil nº 702.9.20774/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.59. Inquérito Civil nº 069.0.152896/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.60. Inquérito Civil nº 308.0.121833/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 1.61. Procedimento Ministerial nº 190.9.156741/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.62. Procedimento Ministerial nº 003.9.144711/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.63. Procedimento Ministerial nº 644.9.149701/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.64. Inquérito Civil nº 706.9.195565/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 1.65. Inquérito Civil nº 708.9.164885/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.66. Procedimento Ministerial nº 003.9.95982/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação- GEDUC;
- 1.67. Procedimento Ministerial nº 681.9.169089/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA SARA MANDRA RUSCIOLELLI SOUZA:

- 1.68. Inquérito Civil nº 167.9.50690/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.69. Inquérito Civil nº 167.9.100796/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.70. Inquérito Civil nº 114.9.20842/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.71. Inquérito Civil nº 066.0.5266/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 1.72. Inquérito Civil nº 003.9.9354/2019, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.73. Procedimento Ministerial nº 003.9.417/2020, da 4ª Promotoria de Justiça Consumidor de Salvador;
- 1.74. Procedimento Ministerial nº 003.9.35753/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itaparica;
- 1.75. Inquérito Civil nº 003.9.30381/2020, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha
- 1.76. Inquérito Civil nº 003.9.259592/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação;
- 1.77. Procedimento Ministerial nº 003.9.210854/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.78. Inquérito Civil nº 003.9.154481/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.79. Inquérito Civil nº 003.9.132055/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.80. Procedimento Ministerial nº 003.9.131190/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.81. Inquérito Civil nº 708.9.188124/2019, apenso nº 708.9.164851/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.82. Procedimento Ministerial nº 708.9.140494/2020, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

- 1.83. Inquérito Civil nº 708.9.114483/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  - 1.84. Procedimento Ministerial nº 674.0.246604/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
  - 1.85. Inquérito Civil nº 647.0.23521/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
  - 1.86. Inquérito Civil nº 608.9.130819/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  - 1.87. Procedimento Ministerial nº 600.9.184871/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
  - 1.88. Inquérito Civil nº 598.9.155515/2020, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  - 1.89. Inquérito Civil nº 593.0.72541/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
  - 1.90. Inquérito Civil nº 340.0.184882/2016, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
  - 1.91. Inquérito Civil nº 252.0.195068/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
  - 1.92. Inquérito Civil nº 210.9.214541/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
  - 1.93. Procedimento Ministerial nº 003.9.367/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
  - 1.94. Procedimento Ministerial nº 003.9.183235/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
  - 1.95. Procedimento Ministerial nº 003.9.151356/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
  - 1.96. Inquérito Civil nº 003.9.141641/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.
- RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO:
- 1.97. Procedimento Ministerial nº 708.0.236866/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  - 1.98. Procedimento Ministerial nº 705.9.221392/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
  - 1.99. Procedimento Ministerial nº 705.9.221391/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
  - 1.100. Procedimento Ministerial nº 696.9.109849/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
  - 1.101. Procedimento Ministerial nº 655.0.149640/2007, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
  - 1.102. Inquérito Civil nº 608.9.973/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  - 1.103. Procedimento Ministerial nº 608.0.28203/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
  - 1.104. Inquérito Civil nº 593.9.251052/2017, apenso nº 593.9.259851/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
  - 1.105. Inquérito Civil nº 593.9.142431/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
  - 1.106. Procedimento Ministerial nº 347.0.132591/2012, da Promotoria de Justiça de Utinga;
  - 1.107. Inquérito Civil nº 308.0.163306/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
  - 1.108. Inquérito Civil nº 212.9.16143/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
  - 1.109. Inquérito Civil nº 210.9.214557/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
  - 1.110. Inquérito Civil nº 210.0.158672/2011 Promotoria de Justiça de Paramirim;
  - 1.111. Procedimento Ministerial nº 167.9.155587/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
  - 1.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.29110/2020, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
  - 1.113. Procedimento Ministerial nº 003.9.220984/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
  - 1.114. Inquérito Civil nº 003.9.159195/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
  - 1.115. Inquérito Civil nº 003.9.144373/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  - 1.116. Inquérito Civil nº 003.9.131869/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
  - 1.117. Inquérito Civil nº 003.9.131424/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
  - 1.118. Inquérito Civil nº 003.0.113017/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

- 1.119. Procedimento Ministerial nº 003.9.230950/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.120. Inquérito Civil nº 098.9.142020/2018, da Promotoria de Justiça de Cotegipe;
- 1.121. Inquérito Civil nº 597.9.90160/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.122. Inquérito Civil nº 597.9.213316/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 1.123. Procedimento Ministerial nº 681.9.126815/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.124. Inquérito Civil nº 696.9.79599/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias.

RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 1.125. Inquérito Civil nº 699.0.168314/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.126. Inquérito Civil nº 003.9.43460/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.127. Procedimento Ministerial nº 003.9.238517/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.128. Inquérito Civil nº 719.0.133375/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 1.129. Procedimento Ministerial nº 696.9.211118/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.130. Procedimento Ministerial nº 677.9.197432/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.131. Inquérito Civil nº 069.9.123670/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.132. Inquérito Civil nº 003.0.65151/2016, do Grupo de Atuação de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.133. Inquérito Civil nº 596.0.198183/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.134. Inquérito Civil nº 003.9.83673/2020, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.135. Inquérito Civil nº 003.9.131450/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.136. Inquérito Civil nº 167.0.197320/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.137. Inquérito Civil nº 167.0.36711/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.138. Inquérito Civil nº 167.9.93033/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 1.139. Inquérito Civil nº 646.0.198062/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 1.140. Procedimento Ministerial nº 677.9.192142/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.141. Inquérito Civil nº 678.0.152136/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.142. Inquérito Civil nº 681.0.52955/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.143. Inquérito Civil nº 692.0.164907/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 1.144. Inquérito Civil nº 692.9.42437/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 1.145. Inquérito Civil nº 699.0.106376/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.146. Inquérito Civil nº 705.0.207448/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.147. Procedimento Ministerial nº 712.0.183935/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 1.148. Procedimento Ministerial nº 644.9.178074/2020, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.149. Procedimento Ministerial nº 647.9.43758/2020, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.150. Inquérito Civil nº 167.9.243809/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

- 1.151. Procedimento Ministerial nº 003.9.65233/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 1.152. Procedimento Ministerial nº 003.9.79947/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.153. Procedimento Ministerial nº 003.9.84739/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.154. Procedimento Ministerial nº 003.9.249821/2020, da Secretaria do Conselho Superior;
- 1.155. Inquérito Civil nº 003.9.200630/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 1.156. Inquérito Civil nº 003.9.159542/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 1.157. Procedimento Ministerial nº 001.0.173979/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.158. Inquérito Civil nº 003.0.228705/2014 anexo nº 003.0.208619/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.159. Inquérito Civil nº 003.9.131559/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.160. Procedimento Ministerial nº 003.9.3538/2020, da 5ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.161. Inquérito Civil nº 003.9.109052/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.162. Inquérito Civil nº 003.9.263599/2020, da Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público;
- 1.163. Inquérito Civil nº 088.0.166593/2014 apenso nº 088.0.46577/2016, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 1.164. Procedimento Ministerial nº 336.9.247265/2020, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 1.165. Procedimento Ministerial nº 705.0.21854/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.166. Inquérito Civil nº 598.9.85751/2020, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.167. Procedimento Ministerial nº 347.0.196474/2011, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 1.168. Inquérito Civil nº 252.0.195157/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO GOMES JÚNIOR:

- 1.169. Inquérito Civil nº 676.0.73132/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 1.170. Inquérito Civil nº 674.9.96726/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.171. Inquérito Civil nº 600.9.146340/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.172. Inquérito Civil nº 003.2.114556/2006, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA LUIZ EUGÊNIO FONSECA MIRANDA:

- 1.173. Procedimento Ministerial nº 001.0.109243/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.174. Inquérito Civil nº 644.0.140162/2008, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.175. Inquérito Civil nº 001.0.180556/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.176. Inquérito Civil nº 003.0.63310/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.177. Procedimento Ministerial nº 003.9.405/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.178. Inquérito Civil nº 003.9.131546/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.179. Inquérito Civil nº 003.9.181399/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.180. Procedimento Ministerial nº 003.9.192845/2020, da 8ª Promotoria de Justiça da

Cidadania de Salvador;

1.181. Procedimento Ministerial nº 003.9.255203/2020, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.182. Procedimento Ministerial nº 190.9.231960/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

1.183. Inquérito Civil nº 291.0.29801/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;

1.184. Procedimento Ministerial nº 347.0.100175/2008, da Promotoria de Justiça de Utinga;

1.185. Inquérito Civil nº 596.0.208749/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.186. Procedimento Ministerial nº 644.9.210016/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.187. Inquérito Civil nº 644.9.212481/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.188. Inquérito Civil nº 677.0.109514/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

1.189. Inquérito Civil nº 705.0.109599/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.190. Inquérito Civil nº 705.0.111332/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.191. Inquérito Civil nº 705.9.99767/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.192. Inquérito Civil nº 003.0.112515/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

1.193. Procedimento Ministerial nº 003.9.212197/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.194. Procedimento Ministerial nº 596.0.133827/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.195. Inquérito Civil nº 681.0.77909/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;

1.196. Inquérito Civil nº 699.0.167765/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.197. Procedimento Ministerial nº 003.0.164018/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.198. Inquérito Civil nº 003.9.87238/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.199. Inquérito Civil nº 003.9.129400/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.200. Inquérito Civil nº 003.9.240193/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.201. Inquérito Civil nº 069.9.159341/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

1.202. Inquérito Civil nº 167.0.157617/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.203. Inquérito Civil nº 210.9.214529/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;

1.204. Procedimento Ministerial nº 244.0.134954/2016, da Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.205. Inquérito Civil nº 244.0.217069/2016, da Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.206. Inquérito Civil nº 340.9.191738/2017, da Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.207. Inquérito Civil nº 593.0.86789/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.208. Inquérito Civil nº 596.0.34752/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.209. Inquérito Civil nº 596.9.158485/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.210. Procedimento Ministerial nº 207.9.181661/2017, da Promotoria de Justiça de Iraquara;

1.211. Procedimento Ministerial nº 702.0.69668/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.212. Inquérito Civil nº 712.9.193342/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 18 de fevereiro de 2021.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público